REUNI ATENAS
Revista de Extensão
Faculdade Atenas
Especial Valença - Ba
Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780



Capacitação de cuidadores de crianças com autismo: avaliação do conhecimento e demandas educativas

Training Caregivers of Children with Autism: Assessment of Knowledge and Educational Needs

Clara Emilly das Mercês Santos
Acadêmica do Curso de Medicina
Faculdade Atenas, Valença-BA
E-mail: clraramerces@gmail.com
Evelyn Figueredo Soares
Acadêmica do Curso de Medicina
Faculdade Atenas, Valença-BA
E-mail: evyworks@gmail.com
Thyerre Torres da Paz Anias
Acadêmico do Curso de Medicina
Faculdade Atenas, Valença-BA
E-mail: thyerretorres@gmail.com
Ticia Amaral Cardoso
Acadêmica do Curso de Medicina
Faculdade Atenas, Valença-BA
E-mail: tiicardoso05@gmail.com

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa uma condição de elevada complexidade que impõe desafios significativos ao cuidado domiciliar e à dinâmica familiar. O presente estudo objetivou avaliar o conhecimento, a segurança percebida e as demandas educativas de pais e responsáveis no cuidado de crianças e adolescentes com necessidades especiais, com enfoque central no TEA. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem quantitativa, realizada por meio da aplicação de questionários estruturados via plataforma Google Forms. A amostra foi composta por 40 participantes vinculados à AMA Valença e à Creche Municipal Professora Celeste Leite Silva Moura, no município de Valença-BA. Os resultados evidenciaram uma prevalência de 100% de diagnóstico de TEA na amostra estudada, com expressiva predominância da figura materna (96,6%) como cuidadora principal. Embora a maioria dos participantes tenha relatado sentir-se segura no cotidiano, identificaram-se lacunas críticas no conhecimento prático sobre emergências pediátricas, especialmente em casos de engasgo e crises convulsivas, além de dificuldades acentuadas no manejo de crises comportamentais (80% na creche e 69% na AMA). Conclui-se que há uma demanda unânime por capacitação em saúde e primeiros socorros, reforçando a importância de projetos de extensão e ações educativas intersetoriais para fortalecer a autonomia familiar e garantir a segurança das crianças e adolescentes com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, educação em saúde, cuidadores, primeiros socorros, necessidades especiais.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) represents a highly complex condition that imposes significant challenges on home care and family dynamics. This study aimed to evaluate the knowledge, perceived safety, and educational demands of parents and caregivers in the care of children and adolescents with special needs, with a central focus on ASD. Methodologically, this is a descriptive and exploratory research with a quantitative approach, conducted through the application of structured questionnaires via the Google Forms platform. The sample consisted of 40 participants linked to AMA Valença and the Professora Celeste Leite Silva Moura Municipal Daycare, in the city of Valença-BA. The results showed a 100% prevalence of ASD diagnosis in the studied sample, with a significant predominance of the mother figure (96.6%) as the primary caregiver. Although most participants reported feeling safe in their daily lives, critical gaps were identified in practical knowledge about pediatric emergencies, especially in cases of choking and seizures, in addition to marked difficulties in managing behavioral crises (80% in the daycare and 69% in the AMA). It is concluded that there is a unanimous demand for health and first aid training, reinforcing the importance of extension projects and intersectoral educational actions to strengthen family autonomy and ensure the safety of children and adolescents with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder, health education, caregivers, first aid, special needs.

REUNI ATENAS
Revista de Extensão
Faculdade Atenas
Especial Valença - Ba
Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780



Introdução

A atenção às crianças e aos adolescentes com necessidades especiais (CRIANES) constitui, hodiernamente, um campo de estudo e intervenção de elevada complexidade no âmbito da saúde coletiva. Dentre as condições que compõem esse grupo, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem emergido como uma das condições de maior prevalência e impacto nos serviços de saúde e na dinâmica familiar. Caracterizado por déficits persistentes na comunicação social, interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, o TEA demanda uma rede de cuidado contínua, individualizada e intersetorial (Ministério da Saúde, 2023). No cenário brasileiro, ademais, o aumento exponencial de diagnósticos e de matrículas escolares de estudantes com autismo — que registrou um crescimento superior a 44% entre 2023 e 2024 — reforça a necessidade premente de políticas públicas e estratégias educativas voltadas não apenas para as crianças, mas também para seus cuidadores (Brasil, 2025).

A relevância epidemiológica do TEA é acompanhada por uma profunda vulnerabilidade socioassistencial. Dados recentes indicam que cerca de 2,4 milhões de pessoas no Brasil possuem o diagnóstico de autismo, enfrentando barreiras que vão desde o diagnóstico tardio até a escassez de suporte especializado na atenção primária (Silva, 2025). Nesse contexto, a família assume o papel central de coordenadora do cuidado, muitas vezes sem o preparo técnico necessário para lidar com a complexidade da condição. A literatura aponta que a responsabilidade pelo cuidado é marcadamente centralizada na figura materna, fenômeno conhecido como "feminização do cuidado", o que resulta em níveis elevados de sobrecarga física, emocional e psicológica (Guerra, 2023; Barros et al., 2025). Consequentemente, essa centralização, observada de forma unânime em instituições de apoio e ensino, evidencia a necessidade de ações que acolham e capacitem essas mulheres no manejo cotidiano de seus filhos.

No cotidiano das famílias de crianças com TEA, o cuidado transcende as tarefas habituais, incorporando o manejo de crises comportamentais, dificuldades sensoriais e a administração rigorosa de medicamentos. Com isso, pais e responsáveis frequentemente enfrentam o que a literatura descreve como um trabalho "invisível" e de "todo terreno", realizado em ambientes domésticos sem o suporte imediato de profissionais (Hoover et al., 2022). Embora muitos cuidadores desenvolvam uma segurança adaptativa decorrente da

convivência contínua, essa percepção de segurança muitas vezes não se traduz em competência técnica para lidar com situações críticas. A ocorrência de comorbidades, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiências intelectuais e epilepsia, amplia a complexidade do cuidado e exige conhecimentos específicos sobre primeiros socorros e sinais de alerta clínico (Cezar et al., 2020).

Apesar da importância da vigilância constante, persistem lacunas alarmantes no conhecimento prático dos cuidadores sobre emergências pediátricas. Situações como engasgos e crises convulsivas são comuns em crianças com TEA e outras necessidades especiais, representando riscos reais de mortalidade evitável (World Health Organization, 2023). No entanto, estudos indicam que uma parcela significativa de pais e responsáveis não sabe como conduzir adequadamente essas intercorrências ou desconhece as atitudes que devem ser evitadas para não agravar o quadro da criança (Fernandes et al., 2021). Adicionalmente, essa carência de preparo é agravada pela dificuldade de acesso a informações confiáveis e pela insuficiência de orientações profissionais contínuas, deixando as famílias em uma situação de vulnerabilidade diante de agravos agudos à saúde.

Além das emergências clínicas, o manejo comportamental constitui um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias. Dessa forma, episódios de irritabilidade, agressividade e crises sensoriais demandam estratégias educativas que vão além do modelo clínico tradicional, exigindo abordagens pedagógicas e de suporte emocional (Mapelli et al., 2018). A escola e as instituições especializadas, como as associações de pais e amigos de autistas, desempenham um papel estratégico na mediação desse conhecimento. No Brasil, marcos legais como a Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018) reforçam a obrigatoriedade da capacitação em primeiros socorros em ambientes educacionais, evidenciando que a segurança da criança é uma responsabilidade compartilhada entre família, escola e saúde (Brasil, 2018).

A educação em saúde, portanto, emerge não apenas como um complemento ao tratamento, mas como uma ferramenta indispensável de empoderamento familiar e redução de riscos. A capacitação parental, quando sistemática e dialógica, tem o potencial de mitigar a insegurança, favorecer o reconhecimento precoce de sinais de gravidade e fortalecer a autonomia do cuidador (Cruz et al., 2022). Contudo, a efetividade dessas ações depende de uma compreensão profunda das demandas reais de cada comunidade. Identificar o que os pais sabem, o que temem e quais são suas principais dificuldades é o primeiro passo para a

construção de projetos de extensão e intervenções em saúde que sejam verdadeiramente resolutivos e humanizados.

Embora existam avanços na produção científica sobre o TEA, ainda há uma escassez de estudos que analisem de forma integrada o perfil sociodemográfico, a segurança percebida e o conhecimento prático de cuidadores em contextos locais específicos, como creches e associações especializadas. Investigações que mapeiam essas variáveis são fundamentais para transformar demandas familiares silenciadas em evidências empíricas capazes de orientar o planejamento de ações de saúde pública e projetos de extensão universitária (Vilanova et al., 2022). Ao focar nas experiências de mães e responsáveis vinculados a instituições de apoio, é possível dimensionar o impacto da sobrecarga e a urgência de capacitação em temas como primeiros socorros e manejo de crises comportamentais.

Diante do exposto, o presente estudo justifica-se pela necessidade imperativa de avaliar o conhecimento e as demandas educativas de pais e responsáveis no cuidado de crianças e adolescentes com TEA. Ao considerar a prevalência expressiva dessa condição nas instituições pesquisadas e as fragilidades identificadas no manejo de emergências e comportamentos desafiadores, a pesquisa busca subsidiar estratégias de educação em saúde mais assertivas. Mais do que meramente identificar lacunas, o objetivo é contribuir para o fortalecimento de um cuidado domiciliar seguro, promovendo a qualidade de vida das crianças e a redução da vulnerabilidade das famílias cuidadoras.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, exploratório e de abordagem quantitativa. O estudo foi realizado por meio da aplicação de um questionário estruturado elaborado na plataforma Google Forms, destinado a pais e cuidadores de crianças com necessidades especiais. Segundo Antônio Carlos Gil, o questionário estruturado consiste em um instrumento composto por perguntas previamente elaboradas e padronizadas, permitindo unicidade na coleta de dados e facilitando a análise das respostas. As questões utilizadas foram predominantemente fechadas, com respostas dicotômicas (“sim” e “não”) e alternativas objetivas, possibilitando a obtenção de dados quantitativos relacionados ao conhecimento, à segurança e às dificuldades enfrentadas pelos pais e cuidadores de crianças com necessidades especiais. De acordo com Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2017), os

questionários estruturados apresentam vantagens como padronização das respostas, facilidade de aplicação e maior objetividade na interpretação dos dados, sendo amplamente utilizados em pesquisas descritivas e sociais.

Neste contexto, o instrumento de coleta de dados foi composto por dezesseis (16) perguntas objetivas relacionadas: sexo/gênero, ao perfil sociodemográfico dos participantes; ao vínculo familiar com a criança/adolescente; às características da necessidade especial apresentada; ao conhecimento dos pais/cuidadores sobre situações de emergência; à segurança no cuidado diário; ao acesso a orientações profissionais; às dificuldades enfrentadas no manejo comportamental da crianças e ao interesse em receber capacitação e orientações práticas. A divulgação do questionário ocorreu por meio da internet, usando o ciberespaço das redes sociais e grupos digitais voltados a locais que possuem familiares e responsáveis de crianças com necessidades especiais. Como bem define Lévi (1999), o ciberespaço é o meio de comunicação que surge da interconexão mundial da internet, o termo traz não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

No que tange as perguntam, elas foram destinadas a cidade de Valença-BA, com foco em dois locais específicos, os quais lidam com pais e responsáveis de crianças e adolescentes com necessidades especiais, a fim de delimitar um campo de pesquisa que represente na sua essência o elemento essencial para a construção metodológica do estudo, favorecendo, no fim, a obtenção de informações relevantes para análise científica (SEVERINO. 2016). Esses locais foram uma Creche, denominada de Creche Municipal Professora Celeste Leite Silva Moura e uma organização não governamental (ONG), nomeada de AMA Valença (Associação de Pais e Amigos de Autista de Valença). No que se refere a participação dos praticantes, todos voluntariamente quiseram participar, mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva simples, utilizando frequência absoluta e percentual para interpretação dos resultados. O estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, garantindo anonimato e confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes.

Acerca dos locais da pesquisa, na Creche Municipal Professora Celeste Leite Silva Moura, instituição que atende aproximadamente 177 alunos/as, considerando as turmas de creche e pré-escola, sob direção de Elenir da Silva Santos, o questionário estruturado foi

direcionado a onze (11) pais/responsáveis que possuem crianças com necessidades especiais matriculadas na instituição. Contudo, apesar do envio do instrumento de coleta de dados a todos os participantes selecionados, apenas cinco (5) pais/responsáveis responderam integralmente ao questionário disponibilizado na plataforma Google Forms. Já na AMA Valença (Associação de Pais e Amigos de Autista de Valença) instituição que tem como diretora Fernanda de Jesus, que atende cerca de 140 crianças e adolescentes que possuem transtorno do espectro autista (TEA), participaram nas respostas do questionário vinte e nove (29) pais/responsáveis. No total dos participantes da pesquisa foram 40 pais/responsáveis. Segue abaixo um quadro que demostre melhor essas informações:

Quadro 1 - Respostas obtidas por meio dos questionários aplicados aos pais e responsáveis das crianças com necessidades especiais.

Local	**Total**	**Participantes**
AMA **Valença** (Associação de Pais e Amigos de Autista de Valença)	140	29
Creche Municipal Professora Celeste Leite Silva Moura	177	11

Fonte: Dados de Pesquisa 2026.

Resultados e Discussões

Os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário evidenciaram importantes aspectos relacionados ao perfil dos cuidadores e às principais dificuldades enfrentadas no cuidado diário de crianças e adolescentes com necessidades especiais, especialmente aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Na AMA Valença (Associação de Pais e Amigos de Autista de Valença) participaram da pesquisa 29 respondentes, sendo 26 deles moradores de Valença (BA) 1 de Taperoá (BA) e outro de Cairu (BA). Em sua grande maioria do sexo feminino, representando 96,6% da amostra, enquanto apenas 3,4% pertenciam ao sexo

masculino. No que se refere ao perfil dos participantes da Creche Municipal Professora Celeste Leite Silva Moura, observou-se que 100% dos respondentes eram do sexo feminino, moradoras da cidade de Valença (BA), evidenciando, mais uma vez, a predominância da figura materna no acompanhamento e cuidado cotidiano das crianças. Guerra (2023) aborda que a preponderância no cuidado de crianças com necessidades especiais é da mãe, fortalecendo a noção do cuidado enquanto papel social pelas mulheres.

No que se refere ao vínculo dos participantes com a criança ou adolescente, observou-se, Na AMA, predominância expressiva de mães, correspondendo a 89,7% dos entrevistados. Também participaram um pai (3,4%), um responsável legal (3,4%) e um profissional (3,4%). Em relação a Creche, todas as mães declararam possuir vínculo materno com a criança ou adolescente. Tal resultado reforça a sobrecarga frequentemente atribuída às mães no cuidado de crianças com necessidades especiais, e isso pode possibilitar, conforme (Barros et al.,2025), níveis elevados de sobrecarga física, emocional e psicológica, decorrentes das demandas e cuidados contínuo e suporte no geral.

Em relação à faixa etária das crianças e adolescentes assistidos, verificou-se que na AMA existe a maior concentração entre 7 e 10 anos, representando 51,7% dos casos. A faixa etária de 11 a 14 anos correspondeu a 31% dos participantes, enquanto crianças entre 4 e 6 anos representaram 17,2% da amostra, sugerindo maior participação de famílias que convivem com crianças em idade escolar. No que tange a Creche, observou-se predominância da faixa entre 4 e 6 anos, representando 60% da amostra, enquanto 40% encontravam-se na faixa etária de 0 a 3 anos. Esse dado demonstra que a maior parte das crianças participantes está em idade correspondente ao período pré-escolar.

Quanto às condições relatadas pelos participantes, verificou-se que todos os quarenta (40) indivíduos acompanhados possuíam diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), totalizando 100% da amostra. Além disso, foram identificadas condições associadas importantes, como Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), presente em 13 casos, deficiência intelectual em 4 participantes, transtornos de aprendizagem em 3 casos, além de relatos isolados de deficiência física, deficiência visual, epilepsia e outros casos. Essas associações só reforçam que há uma significância sobreposição genética entre TEA e outros transtornos do neurodesenvolvimento e que há uma complexidade do cuidado, exigindo cuidadores com conhecimentos específicos (CEZAR et al., 2020).

Ao serem questionados sobre a segurança no cuidado diário, na AMA, 79,3% dos

participantes afirmaram sentir-se seguros para cuidar da criança ou adolescente no dia a dia, enquanto 20,7% relataram não possuir segurança suficiente. Já na Creche todas as participantes afirmaram sentir-se seguras para realizar os cuidados cotidianos, totalizando 100% de respostas positivas. Esse resultado sugere que as mães desenvolveram certa adaptação às necessidades da criança no contexto diário, provavelmente em razão da convivência contínua e da experiência prática adquirida ao longo do tempo.

Apesar da maioria referir sensação de segurança, podemos inferir que uma parcela significativa ainda demonstra insegurança diante das demandas diárias, o que pode estar relacionado à ausência de capacitação adequada, sobrecarga pela vigilância contínua, dificuldades emocionais ou carência de suporte profissional contínuo (Vilanova et al., 2022).

Os dados relacionados ao conhecimento sobre situações de emergência revelaram fragilidades importantes. Tanto na AMA quanto na Creche. Na AMA, quando questionados sobre como agir em caso de engasgo, apenas 13 participantes afirmaram saber conduzir adequadamente a situação, enquanto 16 relataram não possuir esse conhecimento. Resultado semelhante foi encontrado em relação às crises convulsivas, em que também somente 13 entrevistados afirmaram saber agir corretamente, ao passo que 16 declararam não saber quais medidas devem ser adotadas. Na Creche, apenas 2 das participantes relataram saber conduzir adequadamente a situação, enquanto 3 afirmaram não saber como agir. Resultado semelhante foi identificado em relação às crises convulsivas: apenas 2 declararam possuir conhecimento sobre os cuidados necessários durante uma convulsão, enquanto 3 responderam negativamente. Esses resultados são preocupantes, considerando que situações emergenciais exigem intervenção rápida e adequada, sendo o conhecimento do cuidador essencial para evitar complicações graves e até risco de morte (Fernandes et al., 2021).

Ainda no contexto das emergências, na AMA apenas 11 participantes afirmaram conhecer atitudes que devem ser evitadas durante uma emergência, enquanto 18 responderam negativamente. Conquanto, em ao reconhecimento de sinais de alerta que indiquem necessidade de atendimento médico, observou-se que cerca de 93,1% dos participantes afirmaram conseguir identificar sinais de agravamento ou situações que necessitem de assistência profissional, enquanto apenas 6,9% relataram dificuldade nesse reconhecimento. À luz da Creche, em relação ao conhecimento sobre atitudes que devem ser evitadas durante situações emergenciais, observou-se divisão entre as participantes. Apenas 40% afirmaram saber quais condutas inadequadas devem ser evitadas, enquanto 60% demonstraram desconhecimento sobre o tema.

Ao reconhecimento de sinais de alerta que indiquem necessidade de atendimento médico, os resultados mostraram-se relativamente positivos. Cerca de 80% das participantes afirmaram saber identificar sinais de agravamento clínico da criança, enquanto 20% relataram não possuir esse conhecimento.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se às dificuldades relacionadas ao manejo comportamental. Dos participantes da AMA, 69% relataram apresentar dificuldades em lidar com crises de comportamento, enquanto apenas 31% afirmaram não possuir esse tipo de dificuldade. NA Creche, A maioria das participantes, correspondendo a 80% da amostra, afirmou apresentar dificuldades em lidar com crises de comportamento da criança, enquanto apenas 20% relataram não enfrentar esse tipo de dificuldade. Esse dado evidencia a complexidade emocional e prática enfrentada pelas famílias no cuidado de crianças e adolescentes com TEA, especialmente diante de episódios de irritabilidade, agressividade, crises sensoriais e dificuldades de comunicação (Mapelli et al., 2018).

Em relação ao acesso à informação, os resultados mostraram-se divididos em ambos locais de pesquisa. Enquanto na AMA 14 participantes afirmaram possuir acesso fácil a informações confiáveis sobre os cuidados necessários, 15 relataram dificuldades nesse acesso. Espelhando na Creche, temos 60% das participantes afirmaram possuir acesso fácil a informações confiáveis sobre os cuidados com a criança, enquanto 40% relataram dificuldades nesse acesso. Esses achados acabam demostrando que parte significativa dos cuidadores ainda enfrenta barreiras para obtenção de orientações adequadas, seja por limitação dos serviços de saúde, dificuldades socioeconômicas, ausência de materiais educativos acessíveis ou insuficiência de acompanhamento multiprofissional.

No que se refere a necessidade de capacitação, mostrou-se, na AMA e na Creche, extremamente evidente durante a pesquisa. Quando questionados sobre o interesse em receber mais orientações práticas relacionadas aos cuidados em casa, 28 dos 29 participantes da AMA responderam positivamente, sendo apenas um participante afirmou não possuir interesse em novas orientações. Já na Creche todas as cinco participantes possuem interesse de novas orientações. Esse resultado demonstra forte demanda por ações educativas e reforça a importância de projetos extensionistas voltados à promoção da saúde, educação em primeiros socorros e fortalecimento do cuidado domiciliar. No curso da capacitação ainda, na AMA Além disso, observamos, que 20 participantes já haviam recebido algum tipo de orientação profissional sobre os cuidados em casa, enquanto 9 nunca receberam orientações formais e na

Creche 3 das participantes já haviam recebido algum tipo de orientação profissional sobre cuidados domiciliares, enquanto 2 relataram nunca ter recebido orientações formais. Apesar de parte dos entrevistados já ter tido acesso a informações profissionais, os resultados demonstram que ainda persistem lacunas importantes no conhecimento prático dos cuidadores, principalmente relacionadas ao manejo de emergências e crises comportamentais.

No fim, em relação a seguir corretamente as orientações sobre o uso de medicamentos para a criança/adolescente com necessidades especiais, percebemos que na AMA e na Creche os resultados foram positivos. Na AMA, 93,1% afirmou seguir corretamente as orientações referentes à administração medicamentosa da criança ou adolescente, sendo que apenas 6,9% relataram não seguir adequadamente essas orientações. Já na Creche todas as participantes afirmaram seguir adequadamente as orientações prescritas.

Conclusão

Os resultados obtidos neste estudo evidenciaram importantes desafios enfrentados por pais e responsáveis no cuidado diário de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tanto no contexto da AMA Valença quanto na Creche Municipal Professora Celeste Leite Silva Moura. Em ambos os locais pesquisados, observou-se predominância da figura materna como principal responsável pelo cuidado, reforçando a centralização das responsabilidades familiares sobre as mães e demonstrando possíveis impactos físicos, emocionais e psicológicos decorrentes da sobrecarga contínua do cuidado.

Embora grande parte dos participantes tenha relatado sentir-se segura no cuidado cotidiano da criança, os resultados demonstraram fragilidades importantes relacionadas ao manejo de situações emergenciais, especialmente em casos de engasgo e convulsões. Além disso, muitos participantes relataram desconhecimento acerca das condutas inadequadas que devem ser evitadas durante emergências, evidenciando lacunas significativas no conhecimento prático dos cuidadores.

Outro aspecto relevante identificado refere-se às dificuldades no manejo comportamental das crianças com TEA, realidade presente em ambos os grupos pesquisados. As dificuldades relacionadas às crises comportamentais, associadas ao acesso limitado a informações confiáveis e à insuficiência de orientações profissionais contínuas, reforçam a complexidade do cuidado ofertado às crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Apesar dessas limitações, os resultados também demonstraram elevado

comprometimento dos cuidadores quanto à adesão ao tratamento medicamentoso e à identificação de sinais de alerta que indiquem necessidade de atendimento médico. Além disso, observou-se interesse praticamente unânime dos participantes em receber novas orientações práticas sobre cuidados domiciliares, primeiros socorros e manejo comportamental, evidenciando forte demanda por ações educativas e extensionistas.

Dessa forma, conclui-se que a realização de projetos de extensão voltados à educação em saúde e capacitação de cuidadores mostra-se fundamental para fortalecer o cuidado domiciliar e promover maior segurança às famílias de crianças e adolescentes com TEA. Estratégias educativas, oficinas práticas e ações multiprofissionais podem contribuir significativamente para ampliar o conhecimento dos cuidadores, reduzir inseguranças diante de situações emergenciais e melhorar a qualidade de vida tanto das crianças quanto de seus familiares.

Por fim, ressalta-se a importância da continuidade de estudos e ações voltadas ao suporte familiar no contexto das necessidades especiais, principalmente do TEA, considerando que o cuidado dessas crianças exige acompanhamento contínuo, acolhimento emocional e acesso a informações seguras e acessíveis, capazes de promover maior autonomia e segurança aos cuidadores.

Referências

BARROS, L. et al. Sobrecarga de cuidadores de crianças com necessidades especiais: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem**, v. 23, n. 1, 2025.

BORGES, H. V. S. et al. Carga psicológica materna e o papel do suporte social em mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Cadernos Pedagógicos**, v. 22, n. 1, 2025.

BRASIL. **Crescem matrículas de alunos com transtorno do espectro autista**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Lei Lucas: capacitação em primeiros socorros em estabelecimentos de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

CEZAR, I. A. M. et al. Um estudo de caso-controle sobre transtorno do espectro autista e coocorrências psiquiátricas entre familiares de primeiro grau. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, n. 3, p. 153-160, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbp/.

CEZAR, J. B. et al. Sobreposição genética entre TEA e outros transtornos do neurodesenvolvimento. **Journal of Health**, v. 10, n. 2, 2020.

CRUZ, K. B. et al. Aptidão, conhecimento e atitude de profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 12, e7, 2022.

FERNANDES, A. et al. Conhecimento de cuidadores sobre primeiros socorros em emergências pediátricas. **Saúde em Foco**, v. 8, n. 2, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUERRA, R. O papel social da mulher no cuidado de crianças com necessidades especiais. **Estudos de Gênero e Saúde**, v. 15, n. 3, 2023.

GUERRA, Simone Zanatta. Mãe-cuidadora: apontamentos sobre o exercício do cuidado pelas mães de pessoas com deficiência. *In*: **Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família**, 2023, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2023. Disponível em: https://editora.pucrs.br/anais/sipinf/assets/edicoes/2023/artigo/43.pdf.

HOOVER, C. G. et al. Understanding Caregiving and Caregivers: Supporting Children and Youth With Special Health Care Needs at Home. **Academic Pediatrics**, v. 22, n. 2, p. S14-S21, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAPELLI, L. D. et al. Manejo comportamental e crises sensoriais no TEA. **Revista de Psicologia e Saúde**, v. 10, n. 4, 2018.

MAPELLI, Lina Domenica et al. Criança com transtorno do espectro autista: cuidado na perspectiva familiar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 559-567, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com TEA**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, I. P. **Impacto socioeconômico do Transtorno do Espectro Autista no Brasil**. Brasília, DF: 2025.

VILANOVA, J. R. S. et al. Sobrecarga de mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro autista. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43, e20210299, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/.

VILANOVA, M. et al. Insegurança e demandas diárias de cuidadores de crianças autistas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 5, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **New report highlights neglected health needs of children with developmental disabilities**. Geneva: WHO, 2023.

Apêndice - Perguntas utilizadas no questionário

I. Perfil Sociodemográfico e Caracterização da Criança/Adolescente:

1. Como você se identifica em relação ao seu sexo/gênero? Opções: Feminino; Masculino; Prefiro não dizer; Outro.

2. Em qual município você reside atualmente? Resposta aberta.

3. Qual é o seu vínculo com a criança/adolescente com necessidade especial? Opções: Mãe; Pai; Responsável legal; Outro.

4. Qual é a faixa etária da criança/adolescente? Opções: 0 a 3 anos; 4 a 6 anos; 7 a 10 anos; 11 a 14 anos.

5. A criança/adolescente participa atualmente de qual instituição? Opções: AMA Valença; Creche Municipal Professora Celeste Leite Silva Moura; Escola Pública; Escola Privada; Outro.

6. Qual(is) necessidade(s) especial(is) a criança/adolescente possui? (Pode marcar mais de uma opção) Opções: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Deficiência intelectual; Deficiência física; Deficiência auditiva; Deficiência visual; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Síndrome genética (ex: Síndrome de Down); Transtornos de aprendizagem; Outro.

II. Conhecimento, Segurança e Práticas de Cuidado

1. Você se sente seguro(a) para cuidar da criança no dia a dia? Opções: Sim; Não.

2. Você saberia como agir em caso de engasgo da criança? Opções: Sim; Não.

3. Você saberia identificar sinais de alerta da criança que indicam necessidade de atendimento médico? Opções: Sim; Não.

4. Você saberia o que fazer durante uma convulsão da criança? Opções: Sim; Não.

5. Você sabe quais atitudes devem ser evitadas durante uma emergência com a criança? Opções: Sim; Não.

6. Você tem dificuldade em lidar com crises de comportamento da criança? Opções: Sim; Não.

7. Você considera que tem acesso fácil a informações confiáveis sobre os cuidados com a criança? Opções: Sim; Não.

8. Você segue corretamente as orientações sobre uso de medicamentos da criança? Opções: Sim; Não.

9. Você gostaria de receber mais orientações práticas sobre como cuidar melhor da criança? Opções: Sim; Não.

10. Você já recebeu alguma orientação profissional sobre como cuidar da criança em casa? Opções: Sim; Não.

Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780

